

Quando serão pagos os 3.17% e 28.86%?

Quando serão pagos os 3.17% e 28.86%? a pergunta mais ouvida em toda UFPI

Ao percorrer corredores e calçadas da Universidade Federal do Piauí, Campus da Ininga, ao visitar os demais Campi da UFPI: Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus, a pergunta acima é a mais freqüente e ouvida pela Diretoria Executiva do SINTUFPI e também pelo telefone por empregados do sindicato. Muito embora grande parte dos servidores já tenha recebido esses passivos ou por meio de acordo com o Governo, ou pelos juizados especiais de pequenas causas, ainda é maioria os que aguardam ansiosamente o grande dia.

Por que fulano já recebeu os 3.17% e eu não?

É verdade que existem essas duas situações, criadas por diferentes entendimentos da Justiça Federal e isto tem gerado muita expectativa, insegurança e indagações. Porém é importante esclarecer: Não é o SINTUFPI quem determina quando e a quem deve ser feitos esses pagamentos. Compete única e exclusivamente à Justiça, com seus trâmites, lógica e procedimentos próprios.

O SINTUFPI esclarece que, consta do processo original referente aos 3.17% em torno de 1.588 (nº 2004.40.00.000171-7) com determinação do Juiz Regis de Sousa Araújo (3ª Vara Justiça Federal/Pi) desde junho/2007, para que seus respectivos valores sejam atualizados. A partir da conclusão da atualização, o pagamento ficará dependendo do referenciado juiz, titular do processo, exceto para aqueles que já receberam pelos juizados especiais.

Sobre a lentidão do processo, vale lembrar que, embora o SINTUFPI tenha requerido por meio de seu advogado Marco Aurélio Dantas, não conseguiu agilizar sequer o pagamento dos servidores em estado de saúde grave ou com mais de 60 anos. A esse respeito, também um associado integrante do processo ajuizou um recurso diretamente em Brasília/DF, alegando morosidade e a resposta que teve foi “o processo está tramitando normalmente, de acordo coma a rotina da justiça”.

Do lado de cá, enquanto se arrasta essa tramitação, a angústia da expectativa gera indignação e desesperança “QUANTOS COLEGAS JÁ SE FORAM SEM A OPORTUNIDADE DE USUFRUIR DESSE DIREITO RECONHECIDO, TANTO PELA PRÓPRIA JUSTIÇA, QUANTO PELO GOVERNO E TÃO PROTELADA PELOS QUE DETÉM A COMPETÊNCIA DE LIBERÁ-LO?” A Diretoria Executiva do SINTUFPI vive, a cada dia, juntamente com todos os colegas, as conseqüências desse drama e diariamente se movimenta em busca de informação, bem como de alternativas que venham a minimizar o cansaço da espera.

Sobre os 28.86% (para os que não assinaram acordo com o Governo), a situação não é diferente. Por solicitação do juiz Nazareno Cezar Moreira Reis, titular do processo (1ª Vara – Justiça Federal), os cálculos foram atualizados em agosto do ano de 2007, mas... entre recursos sobre honorários, solicitação de parecer do Ministério Público e pedido de cargas e mais cargas, continua se arrastando sem nenhuma definição quanto ao seu desfecho final.

A Diretoria Executiva do SINTUFPI.